

1224960



Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República

Departamento de Registro Empresarial e Integração

Secretaria de Racionalização e Simplificação

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais



31300020096

2046

Código da Natureza Jurídica
Nº de Matrícula do Agente Auxiliador do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPACOES S/A

(da Empresa ou do Agente Auxiliador do Comércio)

Nº FCN/REMP



J163598022243

requer a V.ª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE CÓDIGO DO ATO
CÓDIGO DO EVENTO

QTD

DESCRÇÃO DO ATO / EVENTO

ESCRITURA DE EMISSAO DE DEBENTURES

980

1

BELO HORIZONTE

Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliador do Comércio:

Nome:

Assinatura:

Telefone de Contato:

28 Dezembro 2016

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

NÃO

Data

Responsável

NÃO

Data

Responsável

Data

Processo em Ordem
A decisão

DECISÃO SINGULAR

Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
Processo deferido. Publique-se e archive-se.
Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Data

Responsável

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
Processo deferido. Publique-se e archive-se.
Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Certifico registro sob o nº 6145128 em 29/12/2016 da Empresa ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPACOES S/A, Nire 31300020096 e protocolo 167123769 - 29/12/2016. Autenticação: F617ECBCFF410C186324437DF9993A3AEF5AC48. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/712.376-9 e o código de segurança HRNM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



1224960



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo	
Número do Protocolo	16/712.376-9
Número do Processo Módulo Integrador	J163598022243
Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	001.392.546-68
Nome	PEDRO BERTO DA SILVA

1224960



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DA ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória, da 4ª (quarta) Emissão da Andrade Gutierrez Participações S.A." ("Escritura de Emissão"):

I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), categoria "A", com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno nº 8.123, Cidade Jardim, CEP 30110-937, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 04.031.960/0001-70, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

III. como fiadora, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo (e subcláusulas): ANDRADE GUTIERREZ S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno nº 8.123, Cidade Jardim, CEP 30110-937, inscrita no CNPJ sob o nº 17.262.197/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Fiadora"); e

IV. como interveniente-anuentes: ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno nº 8.123, Cidade Jardim, CEP 30110-937, inscrita no CNPJ sob o nº 03.601.314/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("AG Concessões"); e

AGC PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno nº 8.123, Cidade Jardim, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.601.304/0001-00, neste ato



1224960

representada nos termos de seu contrato social ("AGC Participações" e, em conjunto com AG Concessões, as "Intervenientes-Anuentes");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A (i) emissão das Debêntures (conforme definido abaixo), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme atualmente em vigor ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"); (ii) oferta pública de distribuição com esforços restitutos de distribuição de Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme atualmente em vigor ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme atualmente em vigor ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); e (iii) a outorga das Garantias Reais (conforme definido na Cláusula 6.13 abaixo) e da Fiança (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo), são realizadas com base nas deliberações:

- I. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 27 de dezembro de 2016 ("AGF Companhia");
- II. da reunião do conselho de administração da AG Concessões realizada em 27 de dezembro de 2016 ("RCA AG Concessões"); e
- III. da reunião de sócios da AGC Participações realizada em 27 de dezembro de 2016 ("RS da AGC Participações").

- 1.2 A garantia fidejussória prestada pela Fiadora foi outorgada com base no artigo 13 do estatuto social da Fiadora, o qual permite que a diretoria da Fiadora represente a Fiadora para fins da prestação da Fiança, nos termos da Escritura de Emissão, sem necessidade de ato societário específico da Fiadora.
2. REQUISITOS
- 2.1 A Emissão, a Oferta e a outorga das Garantias Reais e da Fiança serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos societários*. Nos termos do artigo 62, inciso I e do artigo 142, inciso VIII, da Lei das Sociedades por Ações:
- (a) a ata da AGE Companhia será arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal "Diário do Comércio";

1224960



- (b) a ata da RCA AG Concessões será arquivada na JUCEMG e publicada no DOE/MG e no jornal "Diário do Comércio"; e
- (c) a ata da RS da AGC Participações será arquivada na JUCEMG e publicada no DOE/MG e no jornal "Diário do Comércio".
- II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão*. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme atualmente em vigor, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão:

(a) inscritos na JUCEMG; e

(b) averbados nos competentes escritórios de títulos e documentos das Comarcas das Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e do Rio de Janeiro;

III. *constituição da Alienação Fiduciária de Ações*. Observado o disposto na Cláusula 6.12 abaixo, a Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo) foi formalizada por meio do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", celebrado entre o Agente Fiduciário, a AGC Participações, com a intervenção anuência da Companhia (tal contrato e seus aditamentos, "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), e foi constituída mediante (a) a averbação da Alienação Fiduciária de Ações nos registros da instituição escrituradora das ações da CCR S.A. ("CCR"); e (b) o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;

IV. *constituição da Cessão Fiduciária*. Observado o disposto na Cláusula 6.13 abaixo, a Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) foi formalizada por meio do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos Sobre Contas e Outras Avenças", celebrado entre o Agente Fiduciário, a AGC Participações e a Companhia (tal contrato e seus aditamentos, "Contrato de Cessão Fiduciária", e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "Contratos de Garantia" e, em conjunto com esta Escritura de Emissão, os "Documentos da Oferta"), e foi constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;

V. *depósito para distribuição*. As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;

1224960



VI. depósito para negociação e custódia eletrônica. Observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, as Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP;

VII. registro da Oferta pela CVM. A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e

VIII. registro da Oferta pela ANBIMA. A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", apenas para fins de envio de informações para a Base de Dados da ANBIMA, desde que expedido o procedimento de registro pela ANBIMA até o encerramento da Oferta.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1 A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão deverão ser utilizados para o pagamento, seja através de aquisição facultativa, de resgate antecipado ou como resultado de vencimento antecipado da Fiadora, da Companhia e/ou da AG Concessões; e (ii) até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) para pagamento de dívidas da Fiadora e/ou de quaisquer de suas controladas. Prioritariamente e cumulativamente a qualquer outra destinação, os recursos obtidos com a Emissão deverão ser utilizados para o pagamento total, seja através de aquisição facultativa, de resgate antecipado ou como resultado de vencimento antecipado, conforme o caso, das seguintes dívidas: (i) 4ª (quarta) emissão de debêntures da Fiadora, (ii) da 1ª (primeira) emissão de debêntures da AG Concessões; (iii) Notas de Crédito Comercial nº 330.800.702 e nº 330.800.699, emitidas pela AG Concessões, em favor do Banco do Brasil S.A.; e (iv) da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia.



1224960



5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória, da 4ª (quarta) Emissão da Andrade Gutierrez Participações S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder, "Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, tendo como público alvo investidores profissionais ("Investidores Profissionais"), assim definidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539").

5.2 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão inscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto nos artigos 7º-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

5.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão inscritas e integralizadas por meio do MDA, por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a 1ª (primeira) Data de Integralização ("Primeira Data de Integralização") até a respectiva Data de Integralização ("Preço de Integralização").

5.4 *Negociação.* As Debêntures serão depositadas na CETIP para negociação no mercado secundário. As Debêntures poderão ser negociadas entre quaisquer investidores em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, exceto caso a Companhia deixe de ter o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, quando as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados. Para os fins desta Escritura de Emissão e nos termos da Instrução CVM 476, entende-se por "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 9º-B da Instrução CVM 539.



6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) Debêntures.

- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (hum mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será comprovada pelo extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista.

- 6.7 *Escriturador.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Escriturador").
- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante").

- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão convertíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Especie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, consistindo na Alienação Fiduciária de Ações, nos termos da Cláusula 6.12 abaixo e na Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.13 abaixo. Adicionalmente, as Debêntures contarão com garantia fidejussória, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.

- 6.11 *Garantia Fidejussória e Solidariedade Passiva.* A Fiadora, neste ato, e na melhor forma de direito, obriga-se, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora,



1224960

principal pagadora e responsável por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme atualmente em vigor ("Código Civil"), e dos artigos 130 e 794 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme atualmente em vigor ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 6.26 abaixo), devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelas Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Fiança").

6.11.1 A Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data de quitação integral de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

6.11.2 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez declarado o vencimento antecipado das Debêntures conforme Cláusula 6.29 desta Escritura de Emissão. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as obrigações garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

6.11.3 A Fiança entrará em vigor nesta data e permanecerá válida até, observado o disposto na Cláusula 6.1.2 acima, o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo os Encargos Moratórios devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelas Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão.

6.11.4 A Fiadora, desde já, concorda e obriga-se a (i) aguarde a integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, antes de tomar qualquer medida no sentido de exigir e/ou demandar a Companhia em decorrência de



1224960

qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

6.12

Alienação Fiduciária de Ações. Em garantia do integral e pontual pagamento de todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, foi constituída, em favor dos Debenturistas, representação pelo Agente Fiduciário, alienação fiduciária de ações de emissão da CCR de titularidade da AG Concessões e/ou da AGC Participações ("Ações Alienadas Fiduciariamente"), conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária ("Alienação Fiduciária de Ações").

6.12.1 Nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, o Valor da Garantia Original, resultante da fórmula abaixo, deverá corresponder, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, a, no mínimo, 200% (duzentos por cento) ("Nível de Garantia") do saldo devedor das Debêntures subscritas e integralizadas, entendido a qualquer tempo como a soma do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração de cada uma das Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas ("Saldo Devedor das Debêntures").

$(1,82 \times \text{valor do saldo da Conta Vinculada Emissora}) + \text{Valor das Ações Alienadas} \geq 200\% \text{ do Saldo Devedor das Debêntures}$

6.12.1.1. Para fins desta Escritura de Emissão, (i) "Valor da Garantia Original" significa a soma (a) do produto do valor do saldo da Conta Vinculada Emissora (conforme definido abaixo) multiplicado por 1,82 (um inteiro e oitenta e dois centésimos), e (b) do Valor das Ações Alienadas; e (ii) "Valor das Ações Alienadas" significa o valor agregado das Ações Alienadas Fiduciariamente, calculado conforme a Metodologia de Precificação (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária).

6.12.2 Caso, em quaisquer medições mensais realizadas pelo Agente Fiduciário, o Valor da Garantia – Recomposição (conforme definido abaixo) seja inferior a 150% (cento e cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures, o que deverá ser calculado de acordo com a fórmula abaixo, a AG Concessões e/ou a AGC Participações e/ou a Companhia, conforme o caso, deverá, para recomposição de garantia ("Recomposição de Garantia"): (1) alienar fiduciariamente ações adicionais de emissão da CCR em quantidade suficiente para recompor o Nível de Garantia e/ou (2) depositar o montante em reais necessário para que o Nível de Garantia seja recomposto, nos termos



1224960

da Cláusula 6.12.1 acima, na conta vinculada aberta pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. para essa finalidade, cujos direitos de crédito serão cedidos fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária ("*Cash Collateral*"). Ademais, como condição de cada integralização de Debêntures, o Valor da Garantia deverá ser suficiente, em cada Data de Integralização, para assegurar o Nível de Garantia considerando o Saldo Devedor das Debêntures.

$(1,36 \times \text{valor do saldo da Conta Vinculada Emissora}) + \text{Valor das Ações Aliénées} < 150\% \text{ do Saldo Devedor das Debêntures}$

6.12.2.1. Para fins desta Escritura de Emissão, "Valor da Garantia" – Recomposição" significa a soma (i) do produto do valor do saldo da Conta Vinculada Emissora multiplicado por 1,36 (um inteiro e trinta e seis centésimos), e (ii) do Valor das Ações Aliénées.

6.12.3 As disposições relativas à Alienação Fiduciária de Ações, ao Nível de Garantia e à liberação ou excussão da Garantia estão descritas no Contrato de Alienação Fiduciária, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.

6.13 *Cessão Fiduciária*. Em garantia do integral e pontual pagamento de todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, foi constituída, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária de (a) todos os direitos econômicos inerentes à totalidade das ações de emissão da CCR de titularidade da AG Concessões e da AGC Participações ("*Agões CCR*"), presentes e futuros, inclusive direitos creditórios decorrentes do pagamento de lucros, juros sobre capital próprio, dividendos e/ou quaisquer outros frutos ou rendimentos relativos às Agões CCR, os quais deverão ser pagos única e exclusivamente, conforme o caso, na conta bancária indicada no Contrato de Cessão Fiduciária mantida pela AG Concessões no Banco Bradesco S.A. ("*Conta Vinculada AG Concessões*") e na conta bancária indicada no Contrato de Cessão Fiduciária mantida pela AGC Participações no Banco Bradesco S.A. ("*Conta Vinculada AG Concessões, 'Contas Vinculadas*"; (b) os direitos da AG Concessões e da AGC Participações contra o Banco Bradesco S.A. com relação aos recursos depositados de tempos em tempos nas Contas Vinculadas; e (c) os direitos da Companhia decorrentes da titularidade da conta vinculada aberta pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. ("*Conta Vinculada Emissora*"), na qual os montantes correspondentes ao *Cash Collateral* deverão ser depositados, em caso de necessidade de Recomposição de Garantia ("*Cessão Fiduciária*", e, em conjunto com a



Alienação Fiduciária de Ações, "Garantias Reais", e as Garantias Reais e a Fiança, em conjunto, "Garantias").

6.13.1 As disposições relativas à Cessão Fiduciária estão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.

6.14 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 2 de janeiro de 2017 ("Data de Emissão").

6.15 *Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, as Debêntures vencerão em 2 de janeiro de 2023 ("Data de Vencimento").

6.16 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas, sendo:

I. a primeira parcela, no valor correspondente a 30,0000% (trinta por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 2 de janeiro de 2021;

II. a segunda parcela, no valor correspondente a 42,8571% (quarenta e dois inteiros e oito mil quinhentos e setenta e um décimos de milésimos por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 2 de janeiro de 2022; e

III. a terceira parcela, no valor correspondente a 100,0000% (cem por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida na Data de Vencimento.

6.17 *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:

I. *atualização monetária:* Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e

II. *juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 136,90% (cento e trinta e seis inteiros e noventa centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por





11

DI_k = Taxa DI , divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Sendo que:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

TDI_k = fator da Taxa DI , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$S = 136,90;$$

n_{DI} = número total de Taxas DI , sendo " n_{DI} " um número inteiro;

k = número de ordem de TDI_k , variando de 1 (um) até n_{DI} ;

Sendo que:

$$Fator\ DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{100}{S} \right) \right]$$

$FatorDI$ = produto das Taxas DI com uso do percentual aplicado, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusivo, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

VNe = Valor Nominal Unitário na Primeira Data de Integralização ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

J = valor unitário da Remuneração devida, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Sendo que:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

com a seguinte fórmula:
Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 2 (dois) dos meses de janeiro e julho de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 2 de julho de 2017 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo



1224960



Observações:

O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI \times \frac{100}{S}\right)\right]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produto dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI \times \frac{100}{S}\right)\right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável por seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

6.17.1 Observado o disposto na Cláusula 6.17.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia, a Fiadora e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

6.17.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Remuneração, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia, a Fiadora e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da





assembleia geral de Debituristas prevista acima, referida assembleia geral de Debituristas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debituristas previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na assembleia geral de Debituristas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debituristas entre a Companhia e Debituristas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debituristas em circulação, a Companhia e a Fiadora, de forma solidária, se obrigam, desde já, a resgatar a totalidade das Debituristas, com seu encerramento da assembleia geral de Debituristas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debituristas, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debituristas previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Remuneração, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

6.17.3 A Fiadora, desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 6.17.1 e 6.17.2 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acatamento a obrigação à Companhia de resgatar as Debituristas, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. A Fiadora, desde já, concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 6.17.2 acima.

6.18 *Reparação Programada.* Não haverá reparação programada.

6.19 *Resgate Antecipado Facultativo Total.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, e com aviso prévio aos Debituristas, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.30 abaixo ou de comunicação individual a todos os Debituristas com cópia ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento ("Comunicação de Resgate"), o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debituristas, com o consequente cancelamento de tais Debituristas, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debituristas, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido (i) de eventuais Encargos Moratórios devidos e não pagos e (ii) de prêmio *flar*,



6.20 *Amortização Antecipada Facultativa*. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão e com aviso prévio aos Debenturistas, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.30 abaixo ou de comunicação individual a todos os Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento ("Comunicação de Amortização"), amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a

6.19.2 Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a data de resgate antecipado; (b) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, será acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado, acrescido de eventuais Encargos Moratórios e do respectivo Prêmio de Resgate; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

6.19.1 Quando o resgate antecipado ocorrer com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP, o resgate antecipado seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP

Prazo	Prêmio de Resgate Percentual calculado sobre o valor resgatado
Da Data de Emissão até 1º de julho de 2017 (inclusive)	0,53%
2 de julho de 2017 até 28 de dezembro de 2017 (inclusive)	0,49%
29 de dezembro de 2017 até 26 de junho de 2018 (inclusive)	0,46%
27 de junho de 2018 até 23 de dezembro de 2018 (inclusive)	0,43%
24 de dezembro de 2018 até 21 de junho de 2019 (inclusive)	0,40%
22 de junho de 2019 até 18 de dezembro de 2019 (inclusive)	0,37%
19 de dezembro de 2019 até 15 de junho de 2020 (inclusive)	0,33%
16 de junho de 2020 até 12 de dezembro de 2020 (inclusive)	0,30%
13 de dezembro de 2020 até 10 de junho de 2021 (inclusive)	0,27%
11 de junho de 2021 até 7 de dezembro de 2021 (inclusive)	0,25%
8 de dezembro de 2021 até 5 de junho de 2022 (inclusive)	0,23%
6 de junho de 2022 até a Data de Vencimento.	0,20%

incidente sobre o valor do resgate antecipado (sendo que, para os fins de cálculo do prêmio, o valor do resgate antecipado significa o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a ("Prêmio de Resgate"):





6.21 *Amortização Extraordinária Obrigatória.* Caso a Companhia e/ou qualquer das Sociedades Controladas pela Companhia (sendo que, para os fins desta Escritura de Emissão, "Sociedades Controladas" são aquelas sociedades em que mais de 50% (cinquenta por cento) do capital votante seja detido, direta ou indiretamente, pela Companhia e/ou pela Fiadora, sendo que tal definição pode se referir apenas à Sociedades Controladas pela Companhia ou apenas à Sociedades Controladas pela Fiadora, se assim expressamente previsto), a qualquer tempo, realizem qualquer venda, cessão, transferência ou qualquer tipo de alienação de participações societárias, que implique na entrada de novos recursos financeiros na Companhia e/ou em quaisquer das Sociedades Controladas pela Companhia, a Companhia deverá realizar, em até 15 (quinze) dias corridos da liquidação financeira da respectiva alienação de participações societárias, e com aviso prévio aos Debituristas, por meio de

6.20.1 Na Comunicação de Amortização deverá constar: (a) a data da amortização antecipada; (b) a menção de que o valor da amortização antecipada da parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, será acrescida da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de eventuais Encargos Moratórios e do respectivo Prêmio de Amortização; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da amortização antecipada.

Prazo	Prêmio de Amortização Percentual calculado sobre o valor amortizado
Da Data de Emissão até 1º de julho de 2017 (inclusive)	0,53%
2 de julho de 2017 até 28 de dezembro de 2017 (inclusive)	0,49%
29 de dezembro de 2017 até 26 de junho de 2018 (inclusive)	0,46%
27 de junho de 2018 até 23 de dezembro de 2018 (inclusive)	0,43%
24 de dezembro de 2018 até 21 de junho de 2019 (inclusive)	0,40%
22 de junho de 2019 até 18 de dezembro de 2019 (inclusive)	0,37%
19 de dezembro de 2019 até 15 de junho de 2020 (inclusive)	0,33%
16 de junho de 2020 até 12 de dezembro de 2020 (inclusive)	0,30%
13 de dezembro de 2020 até 10 de junho de 2021 (inclusive)	0,27%
11 de junho de 2021 até 7 de dezembro de 2021 (inclusive)	0,25%
8 de dezembro de 2021 até 5 de junho de 2022 (inclusive)	0,23%
6 de junho de 2022 até a Data de Vencimento.	0,20%

Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio *flat*, incidente sobre o valor da amortização antecipada significa a parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, correspondente a ("Prêmio de Amortização").

1224960





publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.30 abaixo ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, uma amortização extraordinária obrigatória do saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da amortização, e demais encargos devidos e não pagos até a data da efetiva amortização, sem qualquer prêmio ou penalidade, em valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do Valor Líquido Disponível da Venda (assim definido como o valor correspondente ao montante recebido pela Companhia e/ou por quaisquer de suas Sociedades Controladas decorrente da alienação da participação societária, descontados todos os tributos efetivamente pagos, comissões e despesas devidas no âmbito da alienação) ("Amortização Extraordinária Obrigatória").

6.21.1 A venda, cessão, transferência ou qualquer tipo de alienação de ações de emissão da CCR, atualmente detidas pela Companhia e/ou pela Fiadora e/ou por quaisquer de suas respectivas Sociedades Controladas, negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sob o símbolo "CCRO3", com a consequente Amortização Extraordinária Obrigatória, somente pode ser realizada, caso a razão entre (i) como numerador, o saldo devedor das Debêntures imediatamente após a pretendida Amortização Extraordinária Obrigatória e (ii) como denominador, o saldo devedor das Debêntures no Dia Útil imediatamente anterior à pretendida Amortização Extraordinária Obrigatória seja inferior à razão entre (a) como numerador, a quantidade de ações "CCRO3" cujos direitos são objeto da Cessão Fiduciária após a pretendida venda que obrigaria a referida Amortização Extraordinária Obrigatória e (b) como denominador, a quantidade de ações "CCRO3" cujos direitos são objeto da Cessão Fiduciária no Dia Útil imediatamente anterior a pretendida venda da Cessão Fiduciária no Dia Útil imediatamente anterior a pretendida venda que obrigaria referida Amortização Extraordinária Obrigatória.

6.22 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia deverão ser canceladas pela Companhia.

6.23 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.



1224960

6.24 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou pela Fiaadora, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados (i) pela Companhia, conforme (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) pela Fiaadora, por meio do Escriturador, ou na sede da Fiaadora, conforme o caso.

6.25 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia que não seja um Dia Útil (conforme abaixo definido). Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

6.26 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo imponibilidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pela Fiaadora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").

6.27 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de imponibilidade no pagamento.

6.28 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção



tributária, sob pena de ter descontados de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.29

Vencimento Antecipado. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.29.1 a 6.29.4 abaixo, o Agente Fiduciário devedor declara antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e pela Fiaadora, observado o disposto na Cláusula 6.11 acima (e subcláusulas), do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").

6.29.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.29.6 abaixo:

I. descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nos Documentos da Oferta, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data do respectivo descumprimento;

II.

caso ocorra (i) a dissolução, liquidação ou a extinção da Companhia e/ou da Fiaadora e/ou de qualquer das Intervinentes-Anuentes e/ou da CCR; (ii) a decretação de falência da Companhia e/ou da Fiaadora e/ou de qualquer das Intervinentes-Anuentes e/ou da CCR; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Companhia e/ou da Fiaadora e/ou de qualquer das Intervinentes-Anuentes e/ou da CCR; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e/ou da Fiaadora e/ou de qualquer das Intervinentes-Anuentes e/ou da CCR e não elidido, por meio de pagamento ou depósito e/ou contestado no prazo legal pela Companhia e/ou pela Fiaadora e/ou por qualquer das Intervinentes-Anuentes e/ou pela CCR; (v) a apresentação de pedido, por parte da Companhia e/ou da Fiaadora e/ou de qualquer das Intervinentes-Anuentes e/ou da CCR, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Companhia e/ou pela Fiaadora e/ou por qualquer das Intervinentes-Anuentes e/ou pela CCR em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) nos termos da regulamentação aplicável à época, qualquer evento que legalmente caracterize estado de insolvência da Companhia



1224960

e/ou da Fiadora e/ou de qualquer das Intervinentes-Anuentes e/ou da CCR que não aqueles descritos nos subitens (i) a (vi) acima;

III.

protesto de títulos contra a Companhia e/ou a Fiadora e/ou qualquer das Intervinentes-Anuentes cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos ou no prazo legal, dos dois o maior, contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido obtida medida judicial adequada para a anulação ou suspensão de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (d) o montante protestado foi devidamente quitado pela Companhia e/ou pela Fiadora e/ou por qualquer das Intervinentes-Anuentes, conforme o caso;

IV.

descumprimento de qualquer decisão arbitral ou judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Companhia e/ou a Fiadora e/ou qualquer das Intervinentes-Anuentes, em valor, individual ou agregado, na data em que a referida decisão deveria ter sido cumprida, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outras moedas;

V.

inadimplemento de qualquer dívida financeira e/ou obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Companhia e/ou quaisquer das Sociedades Controladas pela Companhia sejam partes, como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas juntos aos credores e/ou legais e/ou judiciais requeridas para suspender o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de cura específico da referida obrigação;

VI.

cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária que envolva a Companhia e/ou quaisquer das Sociedades Controladas pela Companhia, sem prévia anuência de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocadas para esse fim, exceto (i) pela incorporação, pela Companhia, de qualquer Sociedade Controlada





pela Companhia; e/ou (2) pela reorganização societária realizada exclusivamente entre a Companhia e as Sociedades Controladas pela Companhia, sendo certo que, em ambos os casos descritos nos subitens (1) e (2) acima, após a respectiva transação societária, a Companhia deverá deter o controle das demais sociedades envolvidas;

VII. transformação do tipo societário da Companhia;

VIII. venda, cessão, transferência ou qualquer tipo de alienação de participações societárias, pela Companhia e/ou por quaisquer das Sociedades Controladas pela Companhia, sem que seja realizada a Amortização Extraordinária Obrigatória, na forma da Cláusula 6.21 acima e obedecida a razão estabelecida na Cláusula 6.21.1 acima, se o caso;

IX. criação de penhor, caução, alienação ou cessão fiduciária, usufruto, ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação, oneração ou direito de garantia equivalente ("Ônus") na participação societária detida, em conjunto, pela Companhia e/ou pela Fiadora e/ou por quaisquer de suas respectivas Sociedades Controladas na CCR;

X. reduções do capital social da Companhia, exceto se (a) realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) com relação à Companhia, previamente aprovada por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, §3º da Lei das Sociedades por Ações;

XI. suspensão, por iniciativa da Companhia, da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP;

XII. cessão, promessa de cessão, transferência ou qualquer outra forma de alienação de quaisquer das obrigações da Companhia e/ou da Fiadora relacionadas às Debêntures, sem prévia anuência de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim; e

XIII. resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão.

6.29.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.29.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:



1224960

- I. descumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora e/ou por qualquer das Intervenientes-Anuentes, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nos Documentos da Oferta, não sanado no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da ocorrência do descumprimento;
- II. decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia e/ou de quaisquer das Sociedades Controladas pela Companhia e/ou da Fiadora, principal ou acessória, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da respectiva decretação;
- III. inadimplemento de qualquer dívida financeira e/ou obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Fiadora seja parte, como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas juntos aos credores e/ou legais e/ou judiciais requeridas para suspender o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da referida obrigação;
- IV. realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações ou quotas do capital social da Companhia e/ou da Fiadora e/ou de quaisquer das suas respectivas Sociedades Controladas, de modo a resultar em um Impacto Adverso Relevante para as atividades da Companhia e/ou da Fiadora, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Emissão e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures ("Impacto Adverso Relevante");
- V. ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Companhia e/ou da Fiadora, ou qualquer operação de alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Companhia e/ou da Fiadora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resulte na perda, pelos atuais controladores da Companhia e/ou da Fiadora, do poder de controle direto ou indireto da Companhia e/ou da Fiadora;





1224960

- VI. mudança ou alteração relevante no objeto social da Companhia ou da Fiadora de forma a alterar as suas atuais atividades principais ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades desenhovidas atualmente;
- VII. caso quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Companhia e/ou pela Fiadora nesta Escritura de Emissão não sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- VIII. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças da Companhia e/ou da Fiadora e/ou de quaisquer das suas respectivas Sociedades Controladas, exceto se (i) no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Companhia ou a Fiadora ou de quaisquer das suas respectivas Sociedades Controladas, obtiver um provimento administrativo ou judicial que autorize a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção das autorizações, concessões, alvarás ou licenças respectivas; ou (ii) se a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão comprovadamente não resultar em um Impacto Adverso Relevante para a Companhia e para a Fiadora;
- IX. atuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que resulte em um Impacto Adverso Relevante para a Companhia e/ou para a Fiadora;
- X. aplicação e ou destinação dos recursos obtidos com a Emissão de forma diversa à prevista na presente Escritura de Emissão;
- XI. declaração de nulidade ou invalidade dos Documentos da Oferta por decisão judicial ou arbitral que não seja revertida em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva decisão, ou no prazo legal existente, o que ocorrer primeiro;
- XII. existência de decisão judicial transitada em julgado, acordo homologado judicialmente ou acordo administrativo que, em conjunto: (a) trate de atos lesivos nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme atualmente em vigor ("Lei 12.846") ou infrações a ordem econômica nos termos da Lei n.º 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme em vigor; (b) cuja obrigação de pagamento, vinculante e pendente de pagamento, pela Fiadora e/ou de quaisquer das Sociedades Controladas pela Fiadora, de forma individual ou agregada, a qualquer momento, seja superior a R\$2.000.000,00,00 (dois bilhões de reais), a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outra moeda, considerando nesse montante a multa imposta pelo Ministério Público



"Dívida Líquida AG Concessões" significa (a) o somatório de todas as dívidas financeiras individuais da AG Concessões junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como avais ou fianças prestadas pela AG Concessões, exceto (i) fianças ou avais prestados para fins exclusivos de assegurar a finalização de obras ou garantias de obras (fiança *completion*); e (ii) fianças ou avais prestados em favor da Companhia, da Fiadora e/ou de qualquer

Onde:

centêsimos).

(i) O índice obtido da divisão da "Dívida Líquida AG Concessões" pelo "Dividendos Recebidos AG Concessões nos Últimos 12 (doze) Meses" ser superior a 1,75 (um inteiro e setenta e cinco

Concessões. financeiras trimestrais individuais (ITR) publicadas da AG acompanhamento do Agente Fiduciário, com base nas demonstrações de dezembro de 2016, pela diretoria da Companhia, com o trimestralmente a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro do índice financeiro abaixo, a ser verificado descumprimento do índice financeiro abaixo, a ser verificado

XVI. a AG Concessões incorrer em novas dívidas cujo valor implique no não realização da Recomposição de Garantia na forma e prazo previstos no Contrato de Alienação Fiduciária;

XV. não realização da Recomposição de Garantia na forma e prazo previstos no Contrato de Alienação Fiduciária; (três) Dias Úteis contados da sua ocorrência;

XIV. caso a Fiança constituída nos termos desta Escritura de Emissão, por qualquer fato atinente ao seu objeto, se torne inexecutável, inválida ou ineficaz para assegurar o pagamento das obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures e tal invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da sua ocorrência;

XIII. se sobrevier qualquer decisão judicial transitada em julgado ou administrativa irreversível que afete a propriedade, posse ou livre disposição de qualquer dos bens objeto das Garantias e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, cause qualquer embaraço a seu uso ou lhes diminua o valor;

no valor histórico de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), decorrente do acordo de leniência firmado pela Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.; e (c) resulte diretamente em um Impacto Adverso Relevante na capacidade de a Companhia efetuar tempestivamente os pagamentos decorrentes desta Emissão;





Sociedade Controlada pela AG Concessões; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa);

"Dividendos Recebidos nos Últimos 12 (doze) meses" significa o valor total de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, distribuições e quaisquer outros valores efetivamente recebidos pela AG Concessões de suas companhias investidas apurado no período dos últimos 12 (doze) meses.

XVII. caso a Companhia incorra em empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil, leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares ("Dividas Financeiras"), cujo saldo de principal devido resulte em valor superior, individualmente ou no agregado, a R\$1.700.000.000,00 (hum bilhão e setecentos milhões de reais) a ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou seu equivalente em outra moeda, exceto por Dividas Financeiras objeto de (a) financiamento de projetos (*project finance*), e/ou (b) acordo(s) de suporte ou compromisso(s) de investimento(s) de acionista (*equity support agreements*); e/ou (c) por cartas de crédito, avais, fianças e demais garantias prestadas pela Companhia;

XVIII. se, por qualquer motivo, a CCR deixe de ter registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM; e

XIX. se, por qualquer motivo, as ações de emissão da CCR, atualmente detidas pela Companhia e/ou pela Fiadora e/ou por quaisquer de suas respectivas Sociedades Controladas, e negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ("BM&FBovespa"), sob o símbolo "CCRO3", deixem de ser negociadas naquele ambiente.

6.29.3 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.29.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, assembleia geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9.3 abaixo e o quórum específico estabelecido na Cláusula 6.29.4 abaixo. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Companhia, na forma da Cláusula 9.2 abaixo.

6.29.4 Se, na Assembleia Geral referidas na Cláusula 6.29.3 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, deliberarem pelo não vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.



1224960

6.29.5 Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 6.29.3 e 6.29.4 acima, na hipótese de não instalação da assembleia geral de Debenturistas, em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.29.6 abaixo.

6.29.6 Observado o disposto nesta Cláusula 6.29, em caso de vencimento antecipado das Debêntures a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, a partir da Primeira Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, fora do âmbito da CETIP, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Companhia, da comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 6.26 acima.

6.30 *Publicidade.* Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, viem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Diário do Comércio", devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Companhia altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

6.31 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços, ou ainda por correio eletrônico ou fac-símile. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Avenida do Contorno nº 8.123, Cidade Jardim
30110-937 Belo Horizonte, MG



1224960



II. At.: Sr. Gustavo Coutinho
Telefone: (21) 2211-8108
Fac-símile: (21) 2211-8032
Correio Eletrônico: gustavo.coutinho@agnet.com.br
para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4200 - Bloco 08 - Ala B
Salas 302, 303 e 304
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro
Sra. Marcelle Motta Santoro
Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br
para a Fiadora:

III. Andrade Gutierrez S.A.
Praia de Botafogo nº 300
22250-040, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Gustavo Coutinho
Telefone: (21) 2211-8108
Fac-símile: (21) 2211-8032
Correio Eletrônico: gustavo.coutinho@agnet.com.br
para AG Concessões:

IV. Andrade Gutierrez S.A.
Praia de Botafogo nº 300
22250-040, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Gustavo Coutinho
Telefone: (21) 2211-8108
Fac-símile: (21) 2211-8032
Correio Eletrônico: gustavo.coutinho@agnet.com.br
para AGC Participações:

V. Andrade Gutierrez S.A.
Praia de Botafogo nº 300
22250-040, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Gustavo Coutinho
Telefone: (21) 2211-8108
Fac-símile: (21) 2211-8032
Correio Eletrônico: gustavo.coutinho@agnet.com.br



1224960

VI. para CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Superintendência de Valores Mobiliários
Al. Xingu, 350 - 1º andar - Alphaville
06455-030 Barueri, SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DA FIADORA

7.1

A Companhia esta adicionalmente obrigada a:

I.

disponibilizar na página da rede mundial de computadores e fornecer ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social, ou na data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro: (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e completas da Companhia e auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, acompanhadas do relatório da administração e da revisão dos auditores independentes; (ii) declaração assinada por representantes legais com poderes para tanto atestando (a) o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e da inexistência de qualquer Evento de Inadimplemento, (b) que todas as obrigações desta Escritura de Emissão permanecem válidas, (c) a efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade das informações desta Escritura de Emissão; e (iii) memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento do índice financeiro previsto no inciso XVI, da Cláusula 6.29.2 acima, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia e à AG Concessões, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

II.

fornecer ao Agente Fiduciário:

(a.i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social anual, ou na data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro e (a.ii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social, que observará o prazo da alínea (a.i)) ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: cópia das



1224960

demonstrações financeiras consolidadas da AG Concessões relativas ao respectivo exercício social ou trimestre social, conforme o caso, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, acompanhadas do relatório da administração e da revisão dos auditores independentes, e da memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento do índice financeiro previsto no inciso XVI, da Cláusula 6.29.2 acima, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia e à AG Concessões, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(b) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debituristas;

(c) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;

(d) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia e/ou pela Fiadora relacionada a um Evento de Inadimplemento;

(e) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Impacto Adverso Relevante;

(f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;

(g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCEMG e registro ou averbação perante os competentes cartórios de registro de títulos e documentos, 1 (uma) cópia eletrônica (PDF), contendo a chance de registro pela JUCEMG, e 1 (uma) via original registrada pelos cartórios de registro de títulos e documentos desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;

III.

Debituristas, tendo em vista assegurar o eficiente atendimento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;



- IV. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- V. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou pelas Sociedades Controladas pela Companhia;
- VI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- VII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- VIII. não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu estatuto social;
- IX. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- X. utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;
- XI. assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Emissão não sejam empregados em (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevido a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiras pessoas relacionadas, (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública, nos termos da Lei 12.846 ("Atos Lesivos");
- XII. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;

1224960



- XIII. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia;
- XIV. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XV. observado o disposto na Cláusula 8.5, inciso XVI abaixo, a Companhia obriga-se desde já a enviar os atos societários, dados financeiros e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no referido inciso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na Cláusula 8.5, inciso XVII abaixo;
- XVI. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5, inciso XVI abaixo;
- XVII. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XVIII. notificar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Companhia ou que resulte em um Impacto Adverso Relevante;
- XIX. exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa, ou que não resultem em um Impacto Adverso Relevante, efetuar o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- XX. cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes que atuem a mando ou em favor da Companhia, sob qualquer forma, cumpram, durante a vigência das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Companhia, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil;



XXI. adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obrigase, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

XXII. obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental (caso aplicável) e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas à Companhia, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, bem como disponibilizá-los aos Agentes Fiduciários, quando por este solicitado, a pedidos dos Debituristas, e a informar ao Agente Fiduciário imediatamente, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade, bem como não praticar e impedir a prática de qualquer ato que exija a produção ou aprovação de algum documento ou a expedição de alguma licença enquanto não for concluída a respectiva produção, aprovação ou expedição, conforme a legislação aplicável;

XXIII. independente de culpa, ressarcir os Debituristas de qualquer quantia que esses sejam compelidos a pagar por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado à Companhia, assim como deverá indenizar os Debituristas por qualquer perda ou dano que venham a experimentar em decorrência de dano socioambiental ou trabalhista;

XXIV. manter, conservar e preservar todos os seus bens necessários para a devida condução de suas atividades;

XXV. não praticar, a partir da data de assinatura deste instrumento, qualquer ato em desacordo com a Lei 12.846 ou qualquer outra lei anticorrupção aplicável;

XXVI. comunicar o Agente Fiduciário sobre ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Clausula 6.21 acima que ensejam uma Amortização Extraordinária Obrigatória, incluindo a memória de cálculo do Valor Líquido Disponível da Venda em questão, em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência de tal fato;

XXVII. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em

1224960



vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476, incluindo o seu parágrafo 4º, a Companhia está ainda obrigada a:

(a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

(b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;

(c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar na página da rede mundial de computadores e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;

(d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima na página da rede mundial de computadores;

(e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme atualmente em vigor ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;

(f) divulgar, na página da rede mundial de computadores, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, aos Coordenadores e à CETIP; e

(g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

7.2

A Companhia obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.





1224960

7.3 As Partes encontram-se cientes e de acordo que o envio dos documentos mencionados no inciso XXII da Cláusula 7.1 acima ao Agente Fiduciário possuirá caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade deste, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo.

7.4 O Agente Fiduciário deverá enviar os respectivos documentos recebidos da Companhia, conforme mencionados no inciso XXII da Cláusula 7.1 acima, aos Debituristas, se assim solicitado por estes.

7.5 A Fiadora está obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário e à Companhia:

(a) no prazo de até 6 (seis) Dias Úteis contado da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento aplicável à Fiadora;

(b) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Fiadora relacionada a um Evento de Inadimplemento;

(c) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar um Impacto Adverso Relevante;

(d) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;

II. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

III. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Fiadora;

IV. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

V. manter, conservar e preservar todos os seus bens necessários para a devida condução de suas atividades;



VI. notificar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após a ocorrência do evento, sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Fiadora e que resulte em um Impacto Adverso Relevante;

VII. exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa, ou que não resultem em um Impacto Adverso Relevante, efetuar o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

VIII. cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, sob qualquer forma, cumpram, durante a vigência das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável, assim como aquelas decorrentes da prestação de garantia no âmbito da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil; e

IX. não praticar, a partir da data de assinatura deste instrumento, qualquer ato em desacordo com a Lei 12.846 ou qualquer outra lei anticorrupção aplicável.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunidade dos Debenturistas, declarando que:

I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;

II. esta devidamente autorizado e obtve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;

III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(tem), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(tem) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;



1224960

IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

V. a celebração, os termos e condições dos Documentos da Oferta e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;

VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;

VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia e pela Fiadora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;

IX. esta ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;

X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme atualmente em vigor, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

XII. não tem qualquer ligação com a Companhia, a Fiadora, a AG Concessões ou a AGC Participações que o impeça de exercer suas funções; e

XIII. na data de assinatura desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes



1224960

emissões: (i) 1ª emissão privada de debêntures simples, com garantia fidejussória, associada com opção de compra de ações, da AG Tel Participações S.A. ("1ª Emissão da AG Tel"), com vencimento em 30 de outubro de 2019, em que foram emitidas 125.000 (cento e vinte e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de conversão, amortização, repactuação e inadimplemento, tendo sido verificado apenas eventos de resgate. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da AG Tel são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Companhia, conforme previsto na escritura de emissão; (ii) 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com garantia fidejussória, da Companhia ("2ª Emissão da Companhia"), com vencimento em 15 de junho de 2017 para a 1ª série, 15 de junho de 2019 para a 2ª série e em 15 de junho de 2022 para a 3ª série, em que foram emitidas 63.945 (sessenta e três mil novecentas e quarenta e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$639.450.000,00 (seiscentos e trinta e nove milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento, tendo sido verificado apenas eventos de amortização. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Companhia contam com fiança da Andrade Gutierrez e Engenharia S.A. (anteriormente denominada Construtora Andrade Gutierrez S.A.), conforme previsto na escritura de emissão; (iii) 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da AG Concessões ("1ª Emissão da AG Concessões"), com vencimento em 2 de maio de 2020, em que foram emitidas 25.400 (vinte e cinco mil e quatrocentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$254.000.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de conversão, amortização, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da AG Concessões não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; e (iv) 4ª emissão (sendo a 3ª (terceira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Fiadora ("4ª Emissão da Fiadora"), com vencimento em 19 de novembro de 2017, em que foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, amortização, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da

1224960



4ª Emissão da Fiadora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

I. é facultado aos Debituristas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debituristas especialmente convocada para esse fim;

II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Companhia e aos Debituristas, mediante convocação de assembleia geral de Debituristas, solicitando sua substituição;

III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substitua seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debituristas e assuma efetivamente as suas funções;

IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debituristas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debituristas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese de convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia realizá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) esta sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;





VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

VII. o agente fiduciário substituído fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debituristas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debituristas a que se refere o inciso IV acima não deliberar sobre a matéria;

VIII. o agente fiduciário substituído deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debituristas nos termos das Cláusulas 6.30 e 6.31 acima; e

IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

(a) em parcelas anuais de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais), sendo o primeiro pagamento devido até o 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A primeira parcela será devida ainda que a Emissão não seja integralizada, a título de estruturação e implantação. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o ;

(b) que será acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSL, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas aliquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

(c) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento, enquanto o Agente Fiduciário estiver exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata temporis*, com



base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (d) abaixo;

- (d) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irreductível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IGP-M, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e
- (e) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;

II.

será reembolsado pela Companhia (sem prejuízo da Fiança) por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debituristas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega dos documentos comprovatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

(a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

- (b) extração de certidões, envio de documentos, despesas cartorárias;
- (c) viagens, alimentação e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão;

- (d) despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;
- (e) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
- (f) contratação de assessoria jurídica aos Debituristas;

III.

poderá, em caso de inadimplência da Companhia e/ou da Fiadora (observando as proporções da Cláusula 6.11 acima) no pagamento das



1224960

despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debituristas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debituristas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debituristas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, Debituristas (sem prejuízo da Fiança), sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debituristas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunidade dos Debituristas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debituristas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debituristas para cobertura do risco de sucumbência; e

IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debituristas que não tenha sido salgado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

II. proteger os direitos e interesses dos Debituristas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;

III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

IV. conservar em boa guarda toda a documentação, correspondência e demais documentos relacionados com o exercício de suas funções;

V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;

VI. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou a Fidora não façam, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e as





1224960

- respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Companhia;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. verificar a regularidade da constituição da Fiança, com base nas demonstrações financeiras e nas declarações prestadas pela Fiadora, e a regularidade da constituição das Garantias Reais, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão;
- X. examinar proposta de substituição de qualquer das Garantias, manifestando, se for o caso, sua expressa e justificada concordância, após aprovação pelos Debenturistas, reunidos em assembleia geral de Debenturistas;
- XI. intimar a Companhia, a Fiadora, a AG Concessões e a AGC Participações a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos dos Documentos da Oferta;
- XII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e/ou da Fiadora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia e da Fiadora;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XIV. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos termos da Cláusula 6.30 acima;
- XV. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVI. elaborar, no prazo legal, e enviar uma cópia à Companhia, na mesma data em que disponibilizar aos Debenturistas, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo:





1224960

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, confira nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
- (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens I a 7, da Instrução CVM 28; e
- (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XVII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVI acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;

XVIII. publicar, às expensas da Companhia (sem prejuízo da Fiança), nos termos da Clausula 6.30 acima, anúncio comunicando aos Debituristas que o relatório a que se refere o inciso XVI acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVII acima;



XIX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.30 acima, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento do inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;

XXII. divulgar as informações referidas no inciso XVI acima, alínea (j), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e

XXIII. divulgar, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado pela Companhia.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos aqui previstos, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;

II. observar as disposições dos Documentos da Oferta, executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;

III. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;

IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

1224960



V. representar os Debituristas em processo de falência, insolvência (conforme aplicável), recuperação judicial, liquidação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia e/ou da Fiadora.

8.6.1 Observado o disposto na Cláusula 6.29 (e subcláusulas), o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocada a assembleia geral de Debituristas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debituristas em Circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debituristas em Circulação.

8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debituristas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debituristas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debituristas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debituristas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia, a Fiadora, a AG Concessões e a AGC Participações.

8.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como desta Escritura de Emissão.

8.10 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debituristas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão



válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenaturistas reunidos em assembleia geral.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenaturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunidade dos Debenaturistas.

9.2 As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, pela CVM, ou por Debenaturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenaturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Clausula 6.30 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenaturistas.

9.4 As assembleias gerais de Debenaturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observado que, para a deliberação de matérias relacionadas a um Evento de Inadimplemento as assembleias gerais de Debenaturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenaturistas caberão aos Debenaturistas eleitos por estes próprios, aos representantes do Agente Fiduciário ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenaturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatório, Debenaturista ou não. Exceto pelo disposto na Clausula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenaturistas dependerão de aprovação de Debenaturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.6.1 Não estão incluídos no quórum a que se refere a Clausula 9.6 acima:

I. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e

II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenaturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures



1224960

em Circulação, relativas (a) às disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) a Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.17.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) ao prazo de vigência das Debêntures; (f) a espécie das Debêntures; (g) as Garantias Reais e a Fiança; (h) a criação de evento de repactuação; (i) as disposições referentes ao resgate antecipado facultativo; (j) a amortização antecipadas; ou (k) à redação de qualquer Evento de Inadimplimento, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário.

9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" (as "Debêntures em Circulação") significam todas as Debêntures, subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia e/ou à Fiadora; (ii) a qualquer controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

9.8 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observado os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.

9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

9.11 Será obrigatória a presença de representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas convocadas pela Companhia, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DA FIADORA

10.1 A Companhia e a Fiadora, neste ato, na Data de Emissão e a cada Data de Integralização, declaram que:



1224960

- I. são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. cada uma de suas respectivas Sociedades Controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- III. estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias e regulatórias, necessárias à celebração dos Documentos da Oferta, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas (inclusive em prestar a Fiança) e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários e regulatórios necessários para tanto;
- IV. os representantes legais da Companhia e da Fiadora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia ou da Fiadora, conforme o caso, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- V. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia e da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- VI. a celebração, os termos e condições dos Documentos da Oferta, das Debêntures, das Garantias Reais, da Fiança e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem(rão) o estatuto social da Companhia ou da Fiadora; (b) não resultarão na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou da Fiadora, exceto por aqueles objeto das Garantias Reais; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou a Fiadora esteja sujeita; (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou a Fiadora; (g) não acarreta ou acarretará direta ou indiretamente, conflito ou o descumprimento de qualquer disposição contratual que vincule ou afete a Companhia ou a Fiadora, exceto pelas disposições dos instrumentos que regulam a (a) 4ª (quarta) emissão de debêntures da Fiadora, (b) 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia, e (c) a 1ª (primeira) emissão de debêntures da AG Concessões;





1224960

- VII. as informações prestadas pela Companhia, por ocasião do pedido de registro na CETIP, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, responsabilizando-se a Companhia por qualquer quebra, inveracidade ou imprecisão em suas informações;
- VIII. não há outros fatos relevantes em relação à Companhia, à Fiaidora ou às Debêntures não divulgados cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que qualquer declaração seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- IX. estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- X. a Companhia observa, bem como faz com que seus gerentes, conselheiros, diretores e funcionários ("Representantes") observem, as obrigações decorrentes da Lei 12.846 ou qualquer outra lei anticorrupção aplicável, adotando política interna que coíba a prática dos Atos Lesivos e garanta o integral cumprimento das referidas leis anticorrupção, das quais seus Representantes têm pleno conhecimento;
- XI. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha ou possa ter um Impacto Adverso Relevante, estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XII. a Companhia está cumprindo, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Companhia está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- XIII. inexistente (a) descumprimento de qualquer disposição legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer



XIV. exceto pelas autorizações da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e da ARTESP – Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo, e pelo cumprimento dos requisitos da Clausula 2 acima, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Companhia e/ou pela Fiadora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão;

XV. as demonstrações financeiras da Companhia e da Fiadora representam corretamente, em todos os seus aspectos relevantes, as suas posições financeiras nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências de forma consolidada;

XVI. não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

XVII. não há qualquer ligação entre a Companhia, a Fiadora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

XVIII. não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito no qual tenha sido citada ou intimada, além daqueles mencionados nas respectivas demonstrações financeiras, que possa vir a causar um Impacto Adverso Relevante em prejuízo dos Debenturistas;

XIX. não omitiram ou omitirão qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em um Impacto Adverso Relevante ou uma alteração jurídica em prejuízo dos Debenturistas;

XX. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e da Fiadora, em observância ao princípio da boa-fé; e



XXI. as declarações descritas nesta Cláusula 10, bem como todas as demais declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Fiadora, nos termos desta Escritura de Emissão são verdadeiras, consistentes e corretas.

10.2 A Companhia e a Fiadora, conforme o caso, de forma irrevogável e irretirável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima, na medida em que tenham dado causa aos eventuais prejuízos, danos, custos e/ou despesas.

10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia e a Fiadora obrigam-se a notificar, no prazo de 1 (um) Dia Útil da data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

11. DESPESAS

11.1 Correção por conta da Companhia e da Fiadora, observado o disposto na Cláusula 6.1 I acima (e subcláusulas), todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e das Garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretirável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a

1224960



intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4

As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debituristas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBOVESPA ou da CETIP; ou (ii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debituristas.

12.5

Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daí decorrentes.

12.6

As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil.

12.7

Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 497, 498, 806, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

13.

LEI DE REGÊNCIA

13.1

Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

14.

FORO

14.1

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estado assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2016.

(As assinaturas seguem na página seguinte.)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6145128 em 29/12/2016 da Empresa ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S/A, Nire 31300020096 e protocolo 167123769 - 29/12/2016. Autenticação: F617ECBCFF410C186324437DFF993A3AEFF5AC48. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/712.376-9 e o código de segurança HRNM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/12/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pag. 54/58

52

GUSTAVO BRAGA MERCHER COUTINHO
CPF nº 091.264.797-37
PROCURADOR

PEDRO BRUNO LIMA AMARAL SILVA
CPF nº 933.891.597-20
PROCURADOR

AGC PARTICIPAÇÕES LTDA.

GUSTAVO BRAGA MERCHER COUTINHO
CPF nº 091.264.797-37
PROCURADOR

PEDRO BRUNO LIMA AMARAL SILVA
CPF nº 933.891.597-20
PROCURADOR

ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A.

GUSTAVO BRAGA MERCHER COUTINHO
CPF nº 091.264.797-37
PROCURADOR

PEDRO BRUNO LIMA AMARAL SILVA
CPF nº 933.891.597-20
PROCURADOR

ANDRADE GUTIERREZ S.A.

MARCELLE MOTTA SANTORO
CPF nº 109.809.047-06
Diretora de Operações Fiduciárias III

PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

GUSTAVO BRAGA MERCHER COUTINHO
CPF nº 091.264.797-37
PROCURADOR

PEDRO BRUNO LIMA AMARAL SILVA
CPF nº 933.891.597-20
PROCURADOR

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória, da 4ª Emissão da Andrade Gutierrez Participações S.A., celebrado em 27 de dezembro de 2016, entre Andrade Gutierrez Participações S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Andrade Gutierrez S.A., Andrade Gutierrez S.A. e AGC Participações Ltda. - Página de Assinaturas I/2.

1224960



1224960



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória, da 4ª Emissão da Andrade Gutierrez Participações S.A., celebrado em 27 de dezembro de 2016, entre Andrade Gutierrez Participações S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Andrade Gutierrez S.A., Andrade Gutierrez Concessões S.A. e AGC Participações Ltda. – Página de Assinaturas 2/2.

Testemunhas:

PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA
DE BRITO E SILVA
CPF/MF: 124.812.517-76

PEDRO BERTO DA SILVA
CPF/MF: 001.392.546-68





Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



1224960

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPACOES S/A, de nire 3130002009-6 e protocolado sob o número 16/712.376-9 em 29/12/2016, encontra-se registrado na Jucemg sob o número ED.000.266-3/000, em 29/12/2016. O ato foi deferido digitalmente pela 4ª TURMA DE VOCAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalserwicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	001.392.546-68
Nome	PEDRO BERTO DA SILVA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	001.392.546-68
Nome	PEDRO BERTO DA SILVA
CPF	091.264.797-37
Nome	GUSTAVO BRAGA MERCHER COUTINHO
CPF	933.891.597-20
Nome	PEDRO BRUNO LIMA AMARAL SILVA
CPF	109.809.047-06
Nome	MARCELLE MOTTA SANTORO
CPF	124.812.517-76
Nome	PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA

Belo Horizonte, Quinta-feira, 29 de Dezembro de 2016

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1

1224960



Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
043.128.766-06	LEONARDO FELIPE GERVASIO ABURACHID
442.843.906-78	ARCANJO CARLOS PIMENTA
137.814.306-00	SONIA FERREIRA FERRAZ
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rua Camargo, 107 - (31) 3224-1788 - BVMG - CEP 30180-100
2º RTD - BH - Sinônimo de Eficiência e Qualidade
Visite nosso site: www.rtdbh.com.br

Certifico que o presente documento apresentado hoje neste
2º RTD - BH, foi protocolado, registrado, microfilmado e
digitalizado sob o nº **1224960 - LV. : B**
O referido é verdade. Dou fé.
Belo Horizonte, 30 de Dezembro de 2016

() GERTILIO SÉRGIO DO AMARAL - OFICIAL
() NILANE DE OLIVEIRA UCHOA DO AMARAL - OF. SUBSTITUA
SUBSTITUOS: () ALVINA JANETE G. DO AMARAL () JOSÉ LUIZ NOGUEIRA () GRAZIELLE M. PEREIRA ASSUNÇÃO

PODER JUDICIÁRIO-TJMG-CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
2º Ofício Registro de Títulos e Documentos - Bhte./MG
Selo Eletrônico Nº **BD186876**
Cód. Seg.: **7845.5550.7930.2696**
Quantidade de atos Praticados(s): 064
Emol.: R\$ 1.232,29, T.F.J.: R\$ 410,57, Rec.: R\$ 73,89
Valor Final: R\$ 1.716,85
Consulte a validade deste selo no site:
<https://selos.tjmg.jus.br>

Segue relatório de verificação da(s) assinatura(s) digital(is) e certidão de registro digital em 01 lauda(s).

Belo Horizonte. Quinta-feira, 29 de Dezembro de 2016

1224960

INFORMAÇÕES DAS ASSINATURAS DIGITAIS E DOS ATOS PRATICADOS



Dados do Arquivo Assinado Digitalmente

Arquivo Assinado:
document.pdf, p.7s
3236435 KB
Data Arquivo:
30/12/2016 10:01:09
Hash Arquivo:
936C0943B2217396EE4ADFE5B4CCBF01255BB3A3
Arquivo Original:
document.pdf
Total Assinaturas:
1 (um)
Validade Jurídica:
Válido somente no meio digital conforme Medida Provisória 2200-2 - Art 10º 24.08.01 da ICP-Brasil

Ato Notarial e Registral Praticado Eletronicamente

Nome da Serventia: 2º Ofício de Títulos e Documentos de Belo Horizonte
Tipo da Serventia: Títulos e Documentos
Nome Certificado: JOSE LUIZ NOGUEIRA:03999976608
Cargo na Serventia: Escrevente Substituta
Número do CPF: 039.999.766-08
E-mail Certificado: joseluz@rtdbh.com.br
Número de Série: 3E1CD1D1F191E441B8FCFA50CB45A6A4
Data Validade: Emitido em 4/10/2015 22:00:00 - Válido até 3/10/2018 21:59:59
Certificado ICP-Brasil: Sim
Autoridade Certificadora: AC BR RFB G3
Data e Hora Assinatura: 30/12/2016 10:00:53
Hash Assinatura: 2F631080ED2987F0661F29B6757318E53A4E4546
Ato Praticado: Registro Digital
Selo de Fiscalização: BD188876
Número Protocolo Geral: 1224960
Forma de Conferência: Conforme foi Enviado
Legislação do Ato: Possui o mesmo valor probante do original, artigo 161 - Lei Federal 6015 de 31.12.73

Assinaturas Digitais Identificadas e Verificadas

Assinaturas Digitais: Somente as Assinaturas Digitais dos Atos Notariais e/ou Registrais foram identificadas

Informações Sobre as Assinaturas Digitais

Certifico que o presente documento foi recebido e registrado em formato eletrônico, assinado digitalmente mediante instrumento fornecido pela autoridade certificadora conforme MP. 2.220-2/2001 e Emenda Constitucional nº 32, cujo(s) certificado(s) digital(is) da(s) assinatura(s) foi(ram) verificado(s) e confirmado(s) no momento da(s) assinatura(s), documento este registrado neste 2º

Impresso através do software verificador de assinatura digital XSign View em 30/12/2016 10:02:03

Jose Luiz Nogueira
Substituto